Bolsonaro quer acabar com a aposentadoria dos professores

21/02/2019

Do Portal da CUT

Apesar do alto nível de adoecimento dos docentes e do reconhecimento pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de que a profissão é desgastante e penosa, o governo de Jair Bolsonaro (PSL) desprezou completamente a necessidade de garantir a aposentadoria específica dos professores e professoras.

Se a proposta de reforma da Previdência que ele encaminhou à Câmara dos Deputados nessa quarta-feira (20) for aprovada, as **professoras terão de trabalhar pelo menos mais dez anos e os professores mais cinco anos para alcançar a idade mínima de 60 anos para requerer a aposentadoria**.

Mulheres mais penalizadas

As professoras seriam as mais penalizadas na proposta de Bolsonaro. Além de terem de trabalhar mais dez anos, elas terão de contribuir obrigatoriamente cinco anos a mais para garantir o acesso a 80% do benefício previdenciário. Para ter direito ao valor integral, a contribuição mínima passará dos atuais 25 anos para 40 anos, totalizando 15 anos a mais de contribuição.

Segundo dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), cerca de 80% da categoria é formada por mulheres.

“A maioria que compõe a base da educação é mulher. Sair da idade mínima de 50 para 60 anos e ainda ter de contribuir por 40 anos para conseguir receber o valor integral é de uma crueldade muito grande”, lamenta **Hermes Silva Leão**, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (App-Sindicato) e dirigente da **CSD – CUT Socialista e democrática**.

> “É praticamente o fim do direito à aposentadoria de milhares de educadores que têm adoecido cada vez mais em função do trabalho, como mostram pesquisas científicas”.

Entenda as mudanças

Pelas regras atuais, considerando o artigo 201 da Constituição Federal, que respeita o entendimento de que os professores são submetidos a condições penosas e exaustivas de trabalho, as mulheres se aposentam com 50 anos de idade e 25 anos de contribuição e os homens com 55 anos de idade e 30 anos de contribuição.

No caso dos professores da rede particular de ensino, não há a exigência de idade mínima, apenas a comprovação de 25 e 30 anos de contribuição mulheres e homens, respectivamente.

A **proposta de Bolsonaro** pretende fixar em **60 anos a idade mínima** para professores e professoras da rede pública e privada se aposentarem. A reforma também pretende unificar em 3**0 anos o tempo mínimo de contribuição** para ambos os sexos.

E mesmo trabalhando durante 30 anos, os professores e professoras receberiam apenas **80% do salário-benefício**. Para receber o valor integral (100%), eles teriam de contribuir por **40 anos**.

Segundo o presidente da APP-Sindicato, Hermes Silva Leão, é muito difícil que os docentes consigam ficar mais de 25 anos em sala de aula em condições emocionais saudáveis.

“O índice de adoecimento na categoria é muito alto. A natureza do trabalho é desgastante, pois são muitas pessoas para lidar durante um longo período diário. É justamente por isso que os professores conquistaram uma aposentadoria específica”, explica.



Como é hoje

Mulheres – 50 anos + 25 de contribuição

Homens – 55 anos + 30 de contribuição

Proposta de Bolsonaro

Homens e mulheres – 60 anos + 30 anos de contribuição no mínimo (rede pública e privada)

Salário-benefício (média calculada sobre todas as contribuições)

80% = **30 anos** de contribuição

82% = **31 anos** de contribuição

84% = **32 anos** de contribuição

86% = **33 anos** de contribuição

88% = **34 anos** de contribuição

90% = **35 anos** de contribuição

92% = **36 anos** de contribuição

94% = **37 anos** de contribuição

96% = **38 anos** de contribuição

98% = **39 anos** de contribuição

100% = **40 anos** de contribuição

A obrigatoriedade de ter 10 anos de serviço público e cinco anos no mesmo cargo é uma exigência atual que foi mantida na proposta do governo.

Educação no país

O presidente da APP-Sindicato alerta, ainda, que a nova proposta de reforma da Previdência pode acarretar graves consequências para a educação pública brasileira, com a falta de jovens interessados em seguir a carreira docente.

“Já temos debatido nacionalmente a questão do apagão de professores, pois os jovens não se interessam por essa carreira. Qual atrativo um jovem pode ter para entrar na área, se não há valorização do professor e ainda acabam com o direito de aposentadoria específica?”, questiona.

> O rumo será catastrófico para a educação brasileira

Para evitar o fim da aposentadoria não só dos professores e professoras, mas da classe trabalhadora, que será duramente penalizada pela proposta de Bolsonaro, Hermes defende a intensificação da luta de resistência.

“É momento de muita pressão nos parlamentares e diálogo com os trabalhadores e a população para fortalecer a luta e barrar essa proposta de reforma da Previdência”.

Confira uma transmissão feita pelo APP-Sindicato com o especialista previdenciário da entidade:

Compartilhe nas redes: